



De invisível para apagado: a cobertura do Jornal Nacional sobre o apagão no Amapá

From invisible to erased: coverage of the National Newspaper on the blackout in Amapá

Alan Milhomem da Silva

Doutorando em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina e Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins. Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá. E-mail: milhomemalan@gmail.com

Flávia Coimbra Santos do Carmo

Graduanda em Jornalismo na Universidade Federal do Amapá. E-mail: flaviacoimbra@gmail.com



Resumo

Em 2020, o Amapá vivenciou o maior apagão já registrado no Brasil, quando 13 dos 16 municípios do estado ficaram sem energia. Diante da gravidade dessa tragédia no setor elétrico, este trabalho tem o objetivo de analisar a cobertura do Jornal Nacional, da Rede Globo, sobre esta temática. Para tanto, utiliza-se da metodologia da análise da materialidade audiovisual (COUTINHO, 2016; 2019) e do corpus empírico formado por 28 edições do telejornal, que compreende todo o mês de novembro de 2020, período do apagão. Verificou-se que o JN destinou, em um mês, apenas 58 minutos para falar sobre o apagão no Amapá, acionando fontes oficiais e a comunidade local. O noticioso se valeu de uma cobertura factual e pouco aprofundada sobre a problemática em questão, que foi vivenciada por mais de 600 mil amapaenses.

Palavras-chave: telejornalismo; apagão; Amapá.

Abstract

In 2020, Amapá experienced the largest blackout ever recorded in Brazil, when 13 of the 16 state's municipalities were without power. Given the seriousness of this tragedy in the electricity sector, this study aims to analyze the coverage of Jornal Nacional, Rede Globo, on this subject. Therefore, the methodology of the analysis of audiovisual materiality (COUTINHO, 2016; 2019) and the empirical corpus formed by 28 editions of the news program, which comprises the entire month of November 2020, the blackout period, are used. It was found that the JN allocated, in a month, only 58 minutes to talk about the blackout in Amapá, triggering official sources and the local community. The news took advantage of a factual and little in-depth coverage of the issue in question, which was experienced by more than 600 thousand Amapá.

Keywords: : telejournalism; blackout; Amapá.



1 Introdução

No início de novembro de 2020, uma falha na subestação de energia de Macapá provocou um apagão em 13 dos 16 municípios amapaenses. Do primeiro momento sem luz até o restabelecimento total da energia, foram 21 dias de incertezas e desinformação. Os primeiros quatro dias foram de completa escuridão e outros 17 dias ocorreram racionamento e rodízio, que não funcionaram como anunciados pelas autoridades. A população enfrentou desabastecimento nos comércios, falta de água potável, caos nas unidades de saúde e abusos nos preços de mantimentos básicos.

Nos primeiros dias, a população contava apenas com rádios, que funcionavam com geradores, para se informar sobre o que de fato tinha acontecido com o sistema elétrico do estado. Com relação à cobertura da tragédia no sistema elétrico amapaense pela mídia nacional, o assunto teve que disputar espaço com a cobertura das eleições nos Estados Unidos, que foram realizadas no mesmo período. Os telejornais da maior emissora do país, a Rede Globo, passaram a noticiar o fato no estado nortista no dia 4 de novembro, quando a população já enfrentava quase 24h sem energia.

Diante desse cenário e da experiência pessoal ao vivenciar um dos momentos mais difíceis na história recente do Amapá, o objetivo deste trabalho é analisar a cobertura do apagão feita pelo Jornal Nacional, primeiro telejornal a ser transmitido em rede no Brasil e que permanece no ar até hoje. A história do telejornalismo no Brasil se entrelaça com a trajetória do Jornal Nacional, fato que também ocorre com a Rede Amazônica e a Rede Globo no Amapá. O isolamento durante os primeiros dias de apagão se assemelha ao período em que o estado não tinha acesso a TV, antes de 1975, ano que marca a inauguração da TV Amapá e a conexão com o resto do país via ondas televisivas. A chegada da informação pelos telejornais possibilitou que a representação de fatos sociais fizesse parte do cotidiano amapaense, assim como a realidade local pôde ser conhecida pelo restante do Brasil, o que não acontecia com a falta de periodicidade dos jornais impressos no estado.

Assim, este artigo analisa a cobertura do JN sobre o apagão a partir da análise da materialidade audiovisual (COUTINHO, 2016; 2019). Neste sentido, inicialmente é feito um breve histórico do telejornalismo no Brasil até a atualidade, oferecendo um panorama dessa prática jornalística e das suas especificidades. Posteriormente, é apresentado um breve relato da história do JN e uma contextualização sobre o que de fato foi o apagão no Amapá. Por fim, são apresentados os passos da coleta do corpus empírico e a análise feita com o material coletado. Além de expor, descrever e analisar os materiais jornalísticos encontrados, este trabalho tem o objetivo de trazer a reflexão sobre a invisibilidade da Região Norte diante do restante do Brasil.



2 Telejornalismo no Brasil: breve histórico

A chegada da televisão no Brasil, em 1950, revolucionou a comunicação do país. A primeira emissora foi a PRF-3/TV Tupi, em São Paulo. Ainda em fase de teste, a linguagem dos primeiros telejornais na emissora se aproximava muito da utilizada na rádio, descrevendo minuciosamente as notícias de forma verbal, com a utilização de poucas imagens (MELLO, 2009; PATERNOSTRO, 2006). Dessa forma, conforme Silva (2018), a televisão cresceu junto com os brasileiros e aos poucos foi ganhando experiência com aprimoramento técnico de som e imagem e no jeito de levar a notícia aos telespectadores.

Essa fase inicial do telejornalismo no Brasil é denominada por Silva (2018) de Telejornalismo Falado, pois as notícias eram transmitidas de forma semelhante ao rádio pela falta de recursos de imagens ilustrativas e pela voz radiofônica do apresentador de televisão. Ainda segundo a autora, o primeiro telejornal brasileiro, o Imagens do Dia, não tinha tempo específico de produção e era apresentado ao vivo por Maurício Loureiro Gama, com marcante entonação radiofônica.

Para Paternostro (2006), o sinônimo do primeiro sucesso no telejornalismo brasileiro foi o Repórter Esso. O telejornal estreou em 1953 na TV Tupi e ficou no ar por quase 20 anos. Muitos outros telejornais construíram a linguagem televisiva como se conhece hoje, como O Edição Extra, Jornal de Vanguarda, Show de Notícias e o Jornal Nacional, que se mantém líder da audiência no horário e carrega o título de telejornal com mais tempo no ar.

Com o avanço da tecnologia, Silva (2018) aponta que a televisão e o telejornalismo foram se aperfeiçoando e ganhando as características que conhecemos atualmente. Na segunda fase do telejornalismo no Brasil, chamada pela autora de Telejornalismo Reportado, a chegada do videoteipe, um gravador de imagens com fitas magnéticas, possibilitou que as reportagens fossem gravadas, editadas, assistidas e, se necessário, reeditadas antes de ir ao ar. Essa nova tecnologia na época possibilitou que a programação ao vivo, aos poucos, fosse substituída pela gravada. “A reportagem televisiva se amplia e passa a incorporar mais informações em nível nacional, à medida que ocorre a expansão das emissoras para o interior do país” (SILVA, 2018, p. 24).

Paternostro (2006) ressalta que outros produtos do telejornalismo foram surgindo rapidamente. Em 1962, Fernando Barbosa Lima colocou no ar o Jornal de Vanguarda. O telejornal contou com a participação de jornalistas que se tornaram referências na trajetória do telejornalismo e da televisão no Brasil, como Vilas Boas Corrêa e Cid Moreira. Infelizmente o programa foi interrompido pela ditadura. Apenas no final da década de 70 que a liberdade de expressão começa a retornar, principalmente na Globo, que se espelhava no modelo norte americano de telejornalismo (REZENDE, 2000).

No período da ditadura, conforme Silva (2018), as empresas que não se opunham ao militarismo tinham seus negócios expandidos, como foi o caso da TV Globo. As emissoras e profissionais que questionavam as imposições acabavam tendo dificuldade de exercer suas



atividades. Silva (2018) relata também o surgimento de novas emissoras e programas na TV brasileira como a TV Continental (Rio de Janeiro), TV Excelsior (São Paulo), TV Jornal do Commercio e a TV Rádio Clube de Pernambuco. Também foram criadas a TV Globo (Rio de Janeiro) 1965, a TV Bandeirantes (São Paulo) e a TV Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, em 1968, a primeira emissora educativa do país.

Paralela à chegada de novas empresas televisivas de comunicação, foram instaladas torres para localizar satélites via Embratel. Isso possibilitou a transmissão em rede para mais de um estado e ligou o Brasil a outros países. A transmissão de um mesmo telejornal em rede, ao vivo, ocorreu no dia primeiro de setembro de 1969 para seis cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília. Nesse dia estreou o Jornal Nacional, da TV Globo, que permanece no ar até hoje. Mais detalhes deste telejornal serão destacados no próximo tópico. Vale destacar que nesse primeiro momento não houve transmissão em rede para o norte e o nordeste do país.

Com o passar do tempo e a evolução tecnológica, a televisão e o telejornalismo foram avançando no Brasil. Na década de 1970, a principal inovação tecnológica foi a câmera portátil, que utilizava o sistema U-Matic e facilitou o transporte, a mobilidade das equipes de reportagens e a dinâmica de produção e registro dos acontecimentos. No final da década de 1980, chega ao Brasil a TV por assinatura e marca o início da terceira fase do telejornalismo, chamada de “All News”, com produção de notícias 24h e com canais especializados (SILVA, 2018).

Na virada do milênio, o telejornalismo entra na Fase Convergente, segundo Silva (2018). Essa fase é marcada pelo avanço das tecnologias, que passaram a alterar a forma de produção, distribuição e consumo da notícia. Ainda conforme a autora, a fita foi substituída pela mídia de dados e a edição de imagens não precisou mais seguir uma cronologia de gravação. Os cenários dos telejornais se tornaram mais tecnológicos e as redações passaram a compor esse espaço também. Outro destaque foi a inserção da internet com notícias extras, de bastidores e com interatividade. “Por meio de chats, fóruns, enquetes e salas de bate-papo, os telespectadores eram incentivados a enviar perguntas, sugestões, emitir e opiniões” (SILVA, 2018, p. 27).

Com a popularização das redes e mídias digitais, principalmente a partir de 2010, a televisão também passou a exibir conteúdos para outros formatos e a ocupar esse novo espaço. Essa fase é denominada por Silva (2018) como Telejornalismo Expandido, que surgiu “no contexto de apropriação dos veículos de televisão pelas redes sociais que têm o audiovisual como ferramenta (principal ou não)” (SILVA, 2018, p. 28). Assim, o telejornalismo passa a utilizar as mídias sociais como forma de ampliar a divulgação de conteúdo e promover aproximação com o público.

Neste breve histórico é possível notar a importância da televisão e, principalmente, do telejornalismo na sociedade brasileira. A combinação de som, imagem e informação permitiu a sociedade ver, sem precisar estar em uma praça pública, o andar da política, da justiça social e da cultura no Brasil (TEMER, 2014). Nesse aspecto, Becker (2005) lembra que os telejornais precisam vender credibilidade e retratar a realidade, promovendo uma experiência coletiva e cotidiana de

nação. Conforme a autora, ao representar os fatos sociais, o telejornal constitui a realidade social, intervém na expressão das identidades nacionais e produz um território simbólico chamado telerrealidade. “O telejornal ordena e sistematiza o real, mas, ao mesmo tempo, é um texto aberto à interpretação do telespectador e do pesquisador” (BECKER, 2005, p. 54).

Percebe-se que os acontecimentos narrados pelo telejornalismo produzem impacto na sociedade, principalmente na brasileira, que desde a década de 60 aprendeu a se informar dos fatos nacionais e locais por meio da tela da televisão. A combinação de imagens e texto narrativo possibilitou até mesmo à parcela populacional sem instrução a se informar sobre os principais acontecimentos do país e do exterior. Nesse cenário, o Jornal Nacional ganha destaque por ser transmitido em horário nobre, pelo tempo que está no ar e por pertencer à maior emissora do Brasil, a TV Globo.

3 O Jornal Nacional como destaque do telejornalismo brasileiro

A televisão construiu uma forte influência ao redor do mundo inteiro, fato que pode ser observado tanto na esfera cultural quanto na documentação da realidade. Neste contexto, o Jornal Nacional, carro chefe do jornalismo da Rede Globo de Televisão, auxiliou a emissora a conquistar o status de ser uma das maiores redes de televisão do mundo (PATERNOSTRO, 2006).

De acordo o site Memória Globo (2022), a estreia do Jornal Nacional ocorreu às 19h45 do dia primeiro de setembro de 1969 com apresentação de Hilton Gomes e Cid Moreira, que abriram o noticioso com a seguinte mensagem: “O Jornal Nacional da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil novo, inaugura-se neste momento: imagem e som de todo o Brasil”. O telejornal, que posteriormente carregaria a responsabilidade de programa no ar mais antigo da televisão brasileira, inovou ao iniciar as transmissões simultâneas, através do sistema de microondas¹ (OLIVEIRA FILHO; 2021, GOMES; 2010). A transmissão foi possível graças ao sistema de satélite construído com recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações.

Criado para competir diretamente com o Repórter Esso, o Jornal Nacional encontrou maneiras de despertar a curiosidade do telespectador. Uma das experimentações mais favoráveis foi a abertura do programa com notícias factuais, conhecidas como “quentes”, ao contrário do adversário. O JN também emplacou um modelo telejornalístico que reservava para o final dos programas temas mais leves, uma tentativa de transmitir esperança, marcado pelo emblemático “boa noite” (MEMÓRIA GLOBO, 2022).

Nos primeiros anos do JN, a qualidade do programa falava muito mais sobre o esforço técnico de uma produção visualmente agradável, do que o conteúdo jornalístico em si, fato que se deve à censura durante a ditadura militar. Foi apenas em 1979, no governo de João Batista

¹ “Antes da fibra óptica, durante décadas essas micro-ondas formaram o núcleo do sistema de transmissão telefônica de longa distância” (TANENBAUM, 2021, p. 93).



Figueiredo, que as ordens de restrição terminaram. Diante de tantos desafios, a Rede Globo definiu como suas prioridades o investimento na qualidade da emissora ao contratar os melhores profissionais, fazer uso da melhor tecnologia e de uma transmissão no maior número possível de locais. O telejornal também se apresenta com excelência de qualidade na imagem, aliado a uma credibilidade de porta voz oficial, demonstrando que foi capaz de perceber o potencial da emissora como produtora de um objeto de consumo de massa (GOMES, 2010).

A marca de primeiro telejornal a ser distribuído para todo o país veio acompanhada de dificuldades que até então eram desconhecidas para o telejornalismo brasileiro. O desafio de criar matérias que fossem de interesse nacional, sem apagar regiões mais afastadas, exigiu a criação de critérios de noticiabilidade, para que a hierarquização das reportagens fosse possível. Além da necessidade de retratar o país inteiro, era preciso avaliar como uma mesma notícia poderia repercutir em diferentes estados, com suas culturas distintas e seus regionalismos linguísticos. Para auxiliar esse processo, foi criado o Centro de Produção de Notícias, em 1976, reunindo a coordenação nacional e a internacional da empresa (MEMÓRIA GLOBO, 2022).

Com mais de 50 anos no ar, o Jornal Nacional se mantém líder de audiência, registrando a marca de 24,8 pontos no Ibope, quatro vezes maior do que o segundo jornal mais assistido do país (IBOPE, 2023²). Em sua história, passaram pela bancada do programa nove apresentadores fixos, mais de 92 jornalistas eventuais, 10 cenários diferentes e 15 logotipos de representação. Sua história se entrelaça com o telejornalismo brasileiro de maneira irrevogável (MEMÓRIA GLOBO, 2022).

Atualmente, o Jornal Nacional tem cerca de 40 minutos de duração e é alimentado por 120 afiliadas, tendo a Rede Amazônica como representante no Amapá. Idealizada com o objetivo de transmitir os jogos da copa do mundo de 1974, a emissora foi criada pelo Governo do Território Federal do Amapá, sendo vendida no ano seguinte para Phelippe Daou, fundador e proprietário da Rede Amazônica. De acordo com Baze (2022), a reinauguração da emissora aconteceu no dia 25 de janeiro de 1975, no bairro do Trem, e mudou a comunicação do estado. “Os jornais eram esporádicos e sem periodicidade definida, o que levava a população a ficar, de certo modo, no isolamento. Por isso mesmo, a chegada da TV Amapá foi recebida com muita euforia” (BAZE, 2022, p. 1).

Depois da inauguração, a TV Amapá transmitia a programação da Record, iniciando uma parceria que durou apenas até metade de 1975. Os sete anos seguintes contam com a presença de programas da Globo e da Rede Bandeirantes na grade do Amapá, sendo em 1982 o marco do fim dessa coexistência, quando a Rede Amapá se torna a primeira integrante da Rede Amazônica a

² Disponível em:

<https://kantarihopemedia.com/conteudo/dados-rankings/dados-de-audiencia-pnt-top-10-com-base-no-ranking-consolidado-20-03-a-26-03-2023/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

cortar vínculo com a Bandeirantes. Após o rompimento, passou a transmitir completamente a programação da Globo, de quem é afiliada até hoje (PORTAL GEA³).

4 O apagão no Amapá

O apagão de 2020 no Amapá teve seu início no dia 03 de novembro de 2020, às 20h48, atingindo 13 dos 16 municípios do estado. A falha na subestação elétrica da capital aconteceu quando um transformador da rede de energia foi danificado após um curto-circuito, seguido de explosão e incêndio. O primeiro incidente sobrecarregou o segundo gerador, que também pegou fogo (ONS, 2020). A interrupção elétrica durou 21 dias, sendo os quatro primeiros em completa escuridão e outros 17 dias em sistema de racionamento.

Mais do que um acidente, o blecaute amapaense foi o de maior duração entre os apagões no Brasil, refletindo um distanciamento geográfico causado pelo Rio Amazonas e Jari, que apesar de ser apontado como fator determinante no abandono do estado, não pode ser considerado como o grande responsável pela duração dessa tragédia (PORTO, 2021; CARVALHO; CARVALHO, 2021). Neste sentido, Porto, Superti e Bentes (2021) defendem que não foi um acidente, “o Amapá foi apagado”. E as consequências desse desastre no sistema elétrico do estado foram muitas.

Hoje, entretanto, com as novas tecnologias, não se pode mais simplesmente atribuir ao isolamento geográfico os frequentes dissabores sofridos pelo Amapá [...] quando ocorreu o “apagão” regado pelas chuvas fortes típicas do inverno amazônico, vieram também as inundações das áreas urbanas, principalmente nas regiões de baixada [...] Sem energia elétrica, sem água potável (até os garrafões de água mineral acabaram nos supermercados e postos de venda), sem telefonia, sem internet, e com filas intermináveis nos postos de gasolina, o cidadão comum se viu perdido e sem qualquer apoio [...] o que envolve milhares de eletrodomésticos queimados, toneladas de alimentos estragados, centenas de pequenos negócios inviabilizados, fora os assassinatos ocorridos durante os assaltos a residências, nos quais os criminosos estavam protegidos pela escuridão (CARVALHO; CARVALHO, 2021, p. 39).

É importante destacar que tudo aconteceu em meio a pandemia de Covid-19⁴, que agravou a situação da população. De acordo com Costa e Silva (2022), o Hospital Mãe Luiza, a única maternidade do estado em 2020, registrou a ocorrência de partos realizados apenas com a luz de telefones. Além disso, geladeiras de insulina se encontravam descongeladas, denúncias de morte devido a indisponibilidade das máquinas de hemodiálise foram feitas. A falta de um local seguro para

³ Disponível em:

https://web.archive.org/web/20090131063042/http://ap.gov.br/Portal_Gea/historia/dadosestado-comunicacoes.htm. Acesso em: 10 mar. 2023.

⁴ A pandemia de Covid-19 foi causada por uma doença respiratória através do vírus SARS-CoV-2, popularmente chamado de coronavírus, em 2020. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o vírus foi identificado pela primeira vez na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na China, em dezembro de 2019. No ano seguinte, a doença tomou proporções globais. No Amapá, infectou 185.668 pessoas, levando 2.167 dessas a óbito.



a conservação de cadáveres forçou pacientes e funcionários a dividirem o mesmo local, aumentando as chances de contaminação por Covid-19 e outras doenças infecciosas.

Inicialmente, muitas teorias foram levantadas sobre a explosão dos transformadores, sendo a primeira que o incêndio havia sido iniciado por um raio, considerando a forte chuva no dia. E a segunda, uma possível sobrecarga na exigência energética. Ambas as afirmações foram desmentidas no primeiro relatório do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), responsável pela transmissão de energia regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que alegou: “o curto-circuito que resultou na explosão e incêndio do TR1, pode ter sido consequência de: a) Falha interna do transformador; e/ou b) Coordenação de isolamento inadequado na subestação” (ONS, 2021, p. 61).

De acordo com Leal e Alva (2021), a energia elétrica não pode ser considerada apenas uma ferramenta simples, sendo a mercadoria final de instituições, ferramenta de sustento de parte da população e instrumento de efetividade dos direitos fundamentais. A eletricidade é essencial na garantia de condições minimamente razoáveis de sobrevivência, a partir do momento em que se tornou fundamental para o acesso à água potável, ensino, residência e conhecimento (HACHEM; FARIA; APONTE, 2021). Além disso, “o acesso à energia está ligado à liberdade, ao desenvolvimento, à dignidade, à realização de vários direitos fundamentais” (CAVALCANTE, 2013, p. 66).

Com os serviços essenciais comprometidos pela escuridão, o sofrimento da população não teve distinção de gênero e classe social. No entanto, a parcela com menor renda foi a maior afetada pela tragédia, como relatou Paulo Cambraia, professor de história da Amazônia na Universidade Federal do Amapá (Unifap), em entrevista ao documentário “Amapá, quem vai pagar a conta?”, do diretor Carlos Pronzato (2021).

A gente tá sofrendo na pele. Claro, algumas pessoas no Estado, elas passam sono, elas passam inconvenientes, estão cansadas por noites mal dormidas [...] mas a maior parte da população que vive nas baixadas, que são as áreas alagadas, que vivem na ponte, essas pessoas estão vivendo dias pavorosos, dias terríveis. Sem água potável porque o abastecimento de água aqui já é precário. A partir do apagão em que a CAESA, companhia de água do estado, não tinha gerador, o tratamento é quase nenhum. A água vai quase direto do rio para as casas.⁵

Além das dificuldades básicas de sobrevivência durante a tragédia, a comunicação em geral e o jornalismo também foram afetados. Ao mesmo tempo, a imprensa era a esperança de esclarecimentos para os cidadãos e um instrumento de pressão para que as autoridades atuassem na contenção de danos. “Em um desastre, a informação se torna tão importante quanto água, comida, remédio e abrigo” (SANTOS; FRANZONI, 2021, p. 79).

Em uma sociedade acostumada com a expansão da imprensa, principalmente, pelas tecnologias, a ruptura inesperada dessa dependência pode ser percebida em casos como o apagão, quando uma parcela da população foi cortada do acesso às mídias. Na duração dos quatro dias de

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bFKPmmk67Qo&t=206s>. Acesso em: 30 mar. 2023.



blecaute total, em que a TV e a internet não eram uma opção, muitas pessoas sentiram falta de visualizar as notícias (COSTA; SILVA, 2022). O funcionamento quase inexistente da web e os sinais das companhias de telefonia completamente fora do ar também impossibilitaram o contato entre familiares e amigos distantes.

As perdas chegaram para muitos, o medo para todos. E nesse momento, foi essencial a presença dos meios de comunicação para esclarecer dúvidas, anunciar ajudas e informar sobre tudo que estava acontecendo no estado e no mundo [...] Esse episódio ficará marcado na história amapaense para sempre [...] As secretarias municipais e estaduais também foram afetadas, o trabalho contínuo realizado em cima do número de casos da Covid-19 foi afetado, pois deixaram de ser contados devido ao apagão, o que impossibilitou o envio de dados aos consórcios de imprensa e ao governo federal (COSTA; SILVA, 2022, p. 42).

Dois anos depois do apagão, a fragilidade energética permanece em debate no estado, que conta com mais de 26 mil processos indenizatórios em trâmite na Justiça do Amapá. No dia 23 de março de 2023, o Pleno do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) concluiu que não está apto para julgar as ações, que foram remetidas à Justiça Federal, devido à alegação da existência de agências reguladoras e órgãos federais no processo (MANESCAL, 2023, s. p.). A população ainda aguarda uma solução definitiva para a crise elétrica e os seus prejuízos.

5 Metodologia

A pesquisa apresentada é de natureza básica, pois tem como objetivo gerar conhecimentos e reflexões úteis para o avanço de uma área específica, sem uma aplicação prática pré-definida. No que diz respeito aos objetivos, o respectivo trabalho segue a linha descritiva, considerando a observação, registro e análise dos dados, destacando suas características, causas e relações (PRODANOV; FREITAS, 2013; Gil, 2021).

Quanto aos processos técnicos, a primeira parte da pesquisa foi a revisão bibliográfica em livros e artigos para a contextualização das temáticas, a saber: telejornalismo no Brasil, Jornal Nacional e o apagão no Amapá. Posteriormente, deu-se a coleta de dados para análise. Para tanto, foram coletadas 28 edições do Jornal Nacional na íntegra, que compreende um mês de telejornal, tendo em vista que o JN não vai ao ar aos domingos. As edições foram coletadas no aplicativo Globoplay, que disponibiliza todas as edições do telejornal na íntegra. Vale ressaltar que o JN foi escolhido como objeto empírico por ser o principal telejornal da maior emissora do país e líder de audiência no horário nobre (COUTINHO; MARINO, 2019).

Como o objetivo desta pesquisa é analisar a visibilidade ou invisibilidade do apagão no Amapá no Jornal Nacional, utiliza-se a metodologia da Análise da Materialidade Audiovisual proposta por Coutinho (2016). A metodologia foi desenvolvida no âmbito do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (CNPq/UFJF) e possibilita uma análise mais completa sobre as especificidades da narrativa audiovisual. Segundo a autora, é preciso escolher o objeto de pesquisa, fazer um

levantamento das demandas a serem analisadas, de modo a construir em diálogo com os referenciais do estudo e uma ficha de análise.

Nesse sentido, foi definido como objeto de estudo o Jornal Nacional, tendo como demanda analisada a cobertura que o telejornal fez sobre o apagão no Estado do Amapá. Para tanto, o mapeamento das edições do JN começou no dia 3 de novembro de 2020, data do início do apagão, até o dia 30 de novembro de 2020. Após a coleta do material, foi elaborada uma ficha de análise (Quadro 1) destacando os principais pontos da cobertura.

Quadro 1: Ficha de análise dos dados coletados nas edições do JN

Data	Pauta	Formato	Tempo	Imagens	Fontes	Autoria
Data da edição.	Resumo do que foi abordado sobre a temática no telejornal	Formato (nota coberta, nota seca, reportagem e grande reportagem)	Tempo do jornal destinado a tratar do apagão no Amapá	Principais imagens utilizadas na cobertura do apagão	Fontes ouvidas nas matérias	Repórter responsável pelo material telejornalístico

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

O cronograma de pesquisa foi definido para que fosse possível proceder a análise durante os dias de blecaute total e os dias de rodízio no fornecimento de energia, possibilitando traçar toda a cobertura do telejornal sobre o apagão. Coutinho (2016) ressalta que a partir deste protocolo é possível um olhar integrado na análise do objeto empírico, que permite realizar um exame propriamente dito, observando sempre a complexidade do material audiovisual, desvelando as estratégias, os modos de dizer e os sentidos, explícitos ou silenciados, nas narrativas audiovisuais.

Para tanto, observa-se os cinco elementos audiovisuais: texto, som, imagem, tempo e edição. Isso possibilita uma análise mais fiel à natureza audiovisual do objeto. De posse de todo o material coletado e organizado, foi possível perceber a construção da narrativa do Jornal Nacional, os silenciamentos, as imagens, as fontes acionadas e o teor da cobertura sobre a tragédia no setor elétrico que assolou os amapaenses no ano de 2020.

6 Os silenciamentos do JN sobre o apagão no Amapá

Após assistir todas as edições do mês de novembro de 2020 do Jornal Nacional, mês em que houve o apagão no Amapá, foi possível coletar o material divulgado pelo telejornal sobre o assunto e traçar o perfil da cobertura. A síntese dos dados é apresentada no quadro 2.

Quadro 2: Ficha de análise dos dados coletados nas edições do JN

Data	Formato	Tempo	Imagens	Fontes	Autoria
Houve cobertura do JN apenas entre os dias 04/11/2020 a 25/11/2020	Apenas reportagens clássicas do telejornalismo diário, sem espaço para grandes reportagens e conteúdos mais aprofundados.	Ao todo foram 55 minutos e 46 segundos em 28 dias de edições analisadas	As principais imagens utilizadas foram do gerador que explodiu, de comércios desabastecidos e da população reclamando da falta de luz, água e mantimentos.	Foram acionadas 67 fontes na cobertura, entre autoridades políticas locais e nacionais, concessionária de energia, especialistas em sistema elétrico e pessoas da comunidade	Todas as reportagens no Amapá foram feitas pelo repórter Arilson Freires. Foram registradas reportagens também feitas por repórteres da emissora em Brasília.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Verificou-se que a cobertura sobre o apagão feita pelo Jornal Nacional teve seu início no dia 4 de novembro de 2020, quando o blecaute no Amapá já durava mais de 23 horas. Para o primeiro dia, foi destinado 1 minuto e 43" segundos de tela. A reportagem, comandada por Arilson Freires, apresenta quatro sonoras com fontes diferentes, sendo duas delas com cinco segundos de fala e outras duas com três segundos. O conteúdo se inicia com um off descrevendo o incêndio na subestação e explica que o sistema da capital Macapá é interligado. A passagem do repórter durou 13 segundos, informando que o Governo do Estado do Amapá pretendia criar uma força tarefa para ajudar nas necessidades da população. O conteúdo foi finalizado com uma nota pé de seis segundos e informando que o Ministério de Minas e Energia instituiu um gabinete de crise para solucionar o problema.

As primeiras imagens utilizadas contextualizam a situação no Amapá. São apresentados os resultados da forte chuva que marcou o primeiro dia de apagão, o incêndio que atingiu a rede elétrica, alimentos estragados devido ao descongelamento e filas para comprar água e gelo. No decorrer da cobertura nos demais dias, as imagens de apoio seguem a mesma linha expositiva, de senso comum, sem denúncias graves, omitindo sete alegações de mortes causadas diretamente pelo apagão e casos de contaminação por água sem tratamento. As imagens utilizadas nessa primeira semana da cobertura foram repetidas sempre que o repórter precisava descrever a situação dos transformadores em reportagens nas semanas posteriores.

Figura 1: As duas imagens que se repetiram em todas as reportagens.



Fonte: Captura de tela / Globoplay, 2023.

Destaca-se que as imagens da subestação pegando fogo após curto-circuito no local e as imagens dos transformadores foram utilizadas todos os dias na cobertura do JN. Sempre que foi necessário citar as causas do apagão e os transformadores, elas apareceram. O que demonstrou também a falta de captação de novas imagens para ilustrar as matérias, representando sempre a mesma visão do tema com repetição de imagens e resultando em uma cobertura limitada.

Além disso, nesse período, Jehoash Vitor Monteiro, de 24 anos, veio a óbito no dia seis de novembro de 2020, devido a problemas na rede elétrica. Seu corpo foi encontrado na sede da empresa de fibra óptica Webflash, ao lado do gerador, pelo qual era responsável. Sua morte não foi mencionada na cobertura do Jornal Nacional. Além dele, no dia 18 de novembro, Sérgio Clei de Almeida, funcionário do Consórcio Amapá Energia (CAE), morreu devido a um choque elétrico no transformador a uma altura de seis metros. O caso de Sérgio foi citado brevemente em uma reportagem do JN durante 30 segundos.

Na primeira semana, foram apresentadas cinco reportagens, todas realizadas por Arilson Freires, contabilizando 17 minutos e seis segundos de cobertura. Durante o mesmo período, a título de comparação, o tempo destinado às matérias sobre as eleições nos Estados Unidos foi de 2 horas e 20 minutos, uma duração oito vezes maior. Em que pese a importância geopolítica das eleições norte-americanas, é preciso ressaltar que nesse mesmo período havia 13 municípios amapaenses, inclusive a capital do estado, sofrendo com a falta de energia, hospitais funcionando a luz de celulares, comerciantes perdendo suas mercadorias e muitos amapaenses sem água potável para beber. Situações pouco destacadas pelo telejornal analisado.

Com relação às fontes acionadas nas reportagens dos sete primeiros dias, destacam-se comerciantes, operador de caixa, dona de casa, feirante, porteiro, guarda municipal, professor, vigilante e barbeiro; além das fontes oficiais do Governo do Amapá, Governo Federal e concessionária de energia. Compreende-se as dificuldades das equipes de reportagem das emissoras locais para fazer a cobertura em meio à falta de energia elétrica, elemento básico para o



funcionamento da televisão, mas salienta-se que nesta primeira semana, mesmo diante da gravidade do caso, não se viu materiais jornalísticos que dimensionassem o sofrimento, principalmente, da população mais carente diante do apagão. O que poderia ter sido feito acompanhando o dia a dia das pessoas nos bairros e comunidades. Além disso, limitou-se a reproduzir as falas das fontes oficiais sem responder questionamentos que a população local fazia naquele momento, como a previsão de solução ou mesmo ajuda direta aos mais prejudicados.

Durante toda a análise desta primeira semana, foram encontradas 23 reportagens clássicas do telejornalismo diário, sem muito aprofundamento, sendo três feitas pela repórter Cláudia Bomtempo, de Brasília, totalizando 8 minutos e 16 segundos. Ressalta-se ainda que nenhum jornalista da Rede Globo se deslocou para o Amapá durante o apagão para cobertura da tragédia no setor elétrico, como é prática comum da emissora em casos de tragédia e grandes repercussões. Essa cobertura da primeira semana também ficou marcada pela reutilização de imagens transmitidas nas reportagens da emissora. Não houve captação de novo material visual.

Nas reportagens feitas pela repórter de Brasília, são apresentados conteúdos técnicos sobre o sistema elétrico nacional e do Amapá, sem descrever os impactos e consequências da falta de energia para a população local. A repórter buscou explicar um pouco sobre a instabilidade energética do estado e chegou a ouvir Roberto Brandão, pesquisador-sênior da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que discorreu sobre a multiplicidade de responsáveis pela tragédia durante 32 segundos, maior tempo de fala de uma fonte em toda a cobertura.

A segunda semana de análise foi marcada por materiais jornalísticos que destacaram as consequências de um rodízio energético que não foi cumprido. Do dia 10 ao dia 16 de novembro de 2020 foram apresentadas oito reportagens, totalizando 13 minutos e 14 segundos. As filmagens do dia 10 incluem uma padaria com as prateleiras vazias e a queixa de um comerciante que se sentiu obrigado a pagar mais de 29 mil reais em um gerador. Em outra empresa, o gerente se queixa da queda de movimento em mais de 50%. Em seguida, são apresentados vídeos do Arquipélago do Bailique, apresentados vídeos do Arquipélago do Bailique, distrito da capital Macapá, que continuava no escuro, além de imagens da Polícia Civil fiscalizando o abuso nos preços da água. A existência de novos acontecimentos não impediu a repetição pela quarta vez da filmagem do gerador, ilustrando as informações sobre os motivos do apagão.

A terceira semana de cobertura contou com sete reportagens. O repórter da Rede Amazônica Arilson Freires foi responsável por todo o material de reportagem exibido pelo JN feito no Amapá. No dia 21 de novembro, o então presidente Jair Bolsonaro apareceu em vídeo andando pela subestação, pendurado para fora de um carro em movimento e em coletiva de imprensa. Imagens repetidas dos geradores foram utilizadas. Apesar da expectativa pela restauração do funcionamento, apenas metade da energia foi restabelecida neste momento. Nos próximos dias 22 e 23 de novembro, os moradores enfrentaram o temporal mais intenso do ano. As filmagens demonstram que a água de



alguns canais inundou ruas e causou acidentes de trânsito. Também ocorreu um curto-circuito na rede elétrica, deixando várias casas do mesmo bairro sem luz por cinco horas.

No interior do estado, moradores do município de Pracuúba fecharam a rodovia de acesso à cidade para protestar, pois parte de um bairro estava há quatro dias totalmente sem energia. O período de tela nessa semana é o maior durante toda a análise, somando 20 minutos e 14 segundos. Esse momento foi marcado pela morte de um eletricista e o incêndio de uma residência.

Do dia 24 até o dia 30, duas reportagens encerram a cobertura do Jornal Nacional no apagão do estado do Amapá. A última matéria, transmitida no dia 25 de novembro, finaliza os 5 minutos e 9 segundos reservados para o tema nesta semana. O material de apoio visual do arquivo é utilizado mais uma vez, sem imagens inéditas ou variação de repórter. São entrevistados um radialista, uma aposentada, cinco comerciantes e o presidente da Companhia de Eletricidade do Amapá. Ao todo, em 28 dias de mapeamento, 55 minutos e 46 segundos foram destinados para falar da tragédia, com o depoimento de 67 fontes.

Diante deste cenário e ressaltando que “as representações sociais são modificáveis e podem ser transformadas nos processos cotidianos das pessoas” (GUARESCHI, 2000, p. 38), é possível salientar que, sem a mínima cobertura midiática, esse processo de modificação é inviabilizado. Ou seja, mesmo diante da gravidade do apagão no cenário amapaense, para o restante do Brasil, a partir da cobertura do Jornal Nacional, esse caso não teve tamanha gravidade. Percebe-se ainda que o processo de regionalização da TV e o discurso do telejornal analisado de ser um programa que atenda ao território nacional, não se efetiva a partir dos dados encontrados sobre o apagão.

Como ressalta Aguiar (2016, p. 104), “‘regionalizar’ não significa apenas dividir, recortar espaços, mas, principalmente, ocupar, requalificar ou ressignificar parcelas de territórios, por meio de intervenções midiáticas”. Fato que não foi verificado na cobertura do JN sobre o apagão no Amapá, que destacou o fato apenas de forma factual.

Os dados encontrados nesta análise também são semelhantes aos encontrados por Silva e Massuchin (2019), que avaliaram a cobertura sobre a Região Nordeste feita pelo Jornal Hoje (JH), telejornal vespertino da TV Globo e que se propõe a fazer uma cobertura das principais notícias do Brasil. As autoras analisaram 157 matérias coletadas em 75 edições e verificaram a baixa quantidade de matérias que falaram sobre o Nordeste, ressaltando que a cobertura é quase ausente demonstrando uma quebra com a proposta de ser um jornal de abrangência nacional. Em que pese as diferenças de produção e horários entre os telejornais, verificou-se algo semelhante na cobertura do JN sobre o apagão no Amapá, com reprodução de enquadramentos generalizados e visibilidades limitadas sobre o fato para o restante do país.

Os dados da análise da cobertura do Jornal Nacional sobre o apagão no Amapá apresentadas neste estudo também corroboram os achados de Castro et al (2019), que analisaram as coberturas do JN, do JH e das 1ª e 2ª edições do Jornal da Cultura. Os autores verificaram que dos



26 estados brasileiros e o Distrito Federal, apenas 12 apareceram nos quatro jornais analisados, com São Paulo e o Distrito Federal tendo maior destaque.

a desigualdade de presença entre as regiões como locais de produção de notícias é absurda. Enquanto o Sudeste teve um total de 105 reportagens realizadas em seus estados durante a semana observada, totalizando um máximo de 5 horas, 9 minutos e 55 segundos, [...] a região Norte contou com apenas 4 notícias em seus estados, inteirando 7 minutos e 36 segundos (CASTRO et al, 2019, p. 7).

Diante destes dados e dos apresentados neste trabalho, é possível verificar que o foco do Jornal Nacional continua se concentrando no eixo São Paulo – Brasília – Rio de Janeiro. Mesmo diante de uma tragédia no setor elétrico que atingiu mais de 600 mil pessoas e 13 municípios do Amapá, o estado não ganhou uma cobertura no telejornal condizente com a problemática. Fato que reforça a baixa representatividade do território e da pluralidade brasileira no telejornal analisado, com destaque para o descaso com a região norte, em especial do Amapá.

7 Considerações finais

Ao destinar menos de uma hora para a cobertura do apagão, em 28 dias, a mensagem do Jornal Nacional foi clara: descaso e invisibilidade. Se a imagem para o telejornal é fator diferenciador e estimulante, a utilização apenas de filmagens locais é o primeiro indício de uma série de decisões que construíram uma narrativa ineficiente que menospreza os quase 900 mil habitantes do Estado do Amapá. Resultado de um longo histórico de silenciamento, separação geográfica e atraso tecnológico, a invisibilidade não é uma novidade na realidade amapaense.

A superficialidade do conteúdo divulgado pelo Jornal Nacional foi responsável por expor e reafirmar a sensação de abandono dos nortistas. No maior dia de cobertura do apagão, foram destinados cinco minutos, tamanho irrelevante se comparado aos 59 minutos reservados para falar sobre a eleição dos Estados Unidos no dia 7 de novembro, que em apenas um dia, ultrapassou toda a cobertura do blecaute no setor elétrico amapaense.

Além das imagens repetidas, da reutilização de matérias do jornal local, da ausência de deslocamento de profissionais para cidades do interior para uma cobertura mais realista e abrangente, a omissão de fatos se fez presente. Não é possível, em espaços tão curtos, retratar a realidade de pessoas que tiveram sua dignidade abalada. Muito mais do que a falta de energia, a população amapaense viveu dias de completo horror. Vidas foram perdidas, famílias carentes tiveram suas realidades destruídas, casas pegaram fogo. Todo o sofrimento de um estado reduzido a pequenos cortes, como o caso da idosa que não teve seu nome revelado, no dia 4 de novembro, e apenas disse: “Tá seca a caixa d’água! Sequinha”.

A lacuna entre o papel jornalístico que deveria ser feito e o resultado entregue é descomodada. A força que a imagem televisiva deveria ter em momentos de tragédia não deveria estar à disposição de critérios que relativizam a experiência popular. Era necessário muito mais



esforço para que o material divulgado chegasse apenas próximo da realidade vivenciada pelos amapaenses, que tiveram que lidar com as adversidades da pandemia de Covid-19 e a falta total de energia elétrica.

Referências

AGUIAR, Sonia. Territórios do Jornalismo: geografias da mídia local e regional no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2016.

AMAPÁ, quem vai pagar a conta?. Canal Carlos Pronzato, Macapá, 2021. 1 vídeo (46 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bFKPmmk67Qo&t=206s>. Acesso em: 3 mar. 2023.

BAZE, Abraham. TV Amapá é inaugurada – mais uma conquista na Amazônia. Portal Amazônia. Manaus: Fundação Rede Amazônica, 2022. Disponível em: <https://portalamazonia.com/historias-da-amazonia/tv-amapa-e-inaugurada-mais-uma-conquista-na-amazonia>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CARVALHO, João Wilson Savino; CARVALHO, Solane Soraia Coutinho. Consequências Jurídicas do Apagão Elétrico no Amapá. In: PORTO, Jadson; TOSTES, José Alberto; GOMES, Adréa Figueiredo. De apagão a apagado: ensaios sobre a questão energética amapaense. Maringá, PR: Uniedusul, 2021.

CASTRO, Ana Paula Almeida et al. Representatividade na TV: análise da cobertura dos principais telejornais da televisão pública e privada. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 21, 2019, Goiânia. Anais [...] Goiânia: Intercom, 2019. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/centrooeste2019/resumos/R66-0703-1.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CAVALCANTE, Hellen Priscilla Marinho. O acesso à energia elétrica no Brasil sob a ótica do desenvolvimento como liberdade. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 58-86, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6172856>. Acesso em: 20 jan. 2023.

COSTA, Júlia Calado Brito; SILVA, Monalice Nogueira da. Fake news? uma análise discursiva de dois casos de desinformação durante a pandemia da covid-19 e o apagão no Amapá. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Curso de Jornalismo, Departamento de Letras e Artes, Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2022.

COUTINHO, Iluska; MARINO, Caroline. Um oceano de silêncio: Análise das representações sociais de gênero no telejornalismo brasileiro. Contracampo, Niterói, v. 38, n.2, p. 8-22, ago./nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/28446>. Acesso em: 20 fev. 2023.

COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36, 2016, São Paulo. Anais [...] São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3118-1.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GOMES, Itania Maria Mota. O Jornal Nacional e as estratégias de sobrevivência econômica e política da Globo no contexto da ditadura militar. Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 5-14, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/7537>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Representações sociais e ideologia. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, n. 2, p. 33-46, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/24122>. Acesso em: 20 fev. 2023.

HACHEM, Daniel Wunder; FARIA, Luzardo; APONTE, William Ivan Gallo. A energia elétrica como condição material para o gozo dos direitos humanos: um direito fundamental implícito. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 19, n. 43, p. 173-196, jan./abr. 2022.



LEAL, Luciana Braga Bacelar; ALVA, Juan Carlos Rossi. Políticas públicas de acesso à energia elétrica, como ferramenta na efetividade dos direitos fundamentais. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.8, p.82796-82823 ago. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/34755>. Acesso em: 19 jan. 2023.

MAIA, Aline. O telejornalismo no Brasil na atualidade: em busca do telespectador. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 16, 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/r24-0839-1.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MANESCAL, Aloísio. Pleno do TJAP decide que processos da Operação Mãos Limpas serão julgados em bloco no mês de junho. *Tribunal de Justiça do Amapá*, Macapá, 2023. Disponível em: <https://www.tjap.jus.br/portal/noticias/pleno-do-tjap-decide-que-processos-da-operacao-maos-limpas-serao-julgados-em-bloco-no-mes-de-junho.html?highlight=WyJhcGFnXHUwMGUz> byJd. Acesso em: 4 abr. 2023.

MELLO, Jaciara Novaes. *Telejornalismo no Brasil*. Covilhã, Portugal: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2009.

MEMÓRIA GLOBO. História. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2022. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/noticia/historia.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2023.

OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio. Televisão regional no Brasil: uma proposta de sistematização de períodos históricos. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 131-148, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/viewFile/11016/7970>. Acesso em: 20 fev. 2023.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO – ONS. Análise da perturbação do dia 03/11/2020 às 20h48min com início nos transformadores de 230/69/13,8 kv da se Macapá, com desligamento da UHE Coaracy Nunes e do Sistema Amapá. Brasília: 2020. BECKER, Beatriz. *A linguagem do telejornal: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil*. Editora E-papers, 2005.

PATERNOSTRO, Vera Íris. *O texto na TV: Manual de Telejornalismo*. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. *De apagão a apagado: Ensaio sobre a questão energética amapaense*. Maringá: Uniedusul, 2021.

PORTO, Jadson Luís Rebelo; SUPERTI, Eliane; BENTES, Jennefer Lavor. A integração do Amapá ao sistema energético nacional: do sistema isolado ao apagão. In: FOLMER, Ivanio; SOUTO, Thales Silveira (orgs.). *Desenvolvimento Regional: Política, planejamento e economia*. Santa Maria: Arco Editores, 2021. p. 23-25.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Feevale, 2013.

REZENDE, Guilherme Jorge de. *Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial*. Summus Editorial, 2000.

SILVA, Edna de Mello. Fases do telejornalismo: uma proposta metodológica. In: EMERIM, Cárlica; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane. *Epistemologias do telejornalismo brasileiro*. Florianópolis: Insular, 2018.

SANTOS, Juliana Frandalozo Alves dos; FRANZONI, Ana Maria Benciveni. Os papéis do Jornalismo em Desastres: uma análise com base na experiência dos jornalistas. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña*, v. 10, n. 3, p. 78-107, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2020v10i3.p78-107>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SILVA, Sarah Dantas do Rego; MASSUCHIN, Michele Goulart. A construção do Nordeste no telejornalismo: um estudo do *Jornal Hoje*. *Extraprensa*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 185 – 207, jul./dez. de 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/158986>. Acesso em: 20 mar. 2023.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. Desconstruindo o telejornal: um método para ver além da melange informativa. In: VIZEU, A; MELLO, E; PORCELLO, F; COUTINHO, I. *Telejornalismo em questão*. Florianópolis: Insular, 2014.



SUBMISSÃO: 25/04/2023

APROVAÇÃO: 06/07/2023